



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

GABINETE DO VEREADOR MARCOS JOSÉ DE ABREU - MARQUITO

Câmara Municipal de Florianópolis
DIRETORIA LEGISLATIVA

Nº. 08

DATA 04/08/18

MP

PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 089/18



“Emenda à Lei Orgânica do Município de Florianópolis alterando o art. 133 da Lei Orgânica do município de Florianópolis para incorporar titularidade de direito para a Natureza, em consonância com a plataforma “Harmony of Nature”, aprovada pela 71ª Sessão da Assembleia Geral da ONU”

ENCAMINHE-SE
EM 04/08/2018

PRESIDENTE

Art. 1º O artigo 133 da Lei Orgânica do Município de Florianópolis passa a ter a seguinte redação:

“Art. 133. Ao Município compete promover a diversidade e a harmonia com a Natureza e preservar, recuperar, restaurar e ampliar os processos ecossistêmicos naturais, de modo a proporcionar a resiliência socioecológica dos ambientes urbanos e rurais. O planejamento e a gestão dos recursos naturais deverão fomentar o manejo sustentável dos recursos de uso comum e as práticas agroecológicas, de modo a garantir a qualidade de vida das populações humanas e não humanas, respeitar os princípios do Bem Viver e conferir à Natureza titularidade de direito.

Parágrafo único: O Poder Público promoverá políticas públicas e instrumentos de monitoramento ambiental para que a Natureza adquira titularidade de direito e seja considerada nos programas do orçamento municipal e nos projetos e ações governamentais. As tomadas de decisões deverão ter respaldo na Ciência, utilizar dos princípios e práticas de conservação da natureza, observar o Princípio da Precaução, e buscar envolver os poderes Legislativo e Judiciário, o Estado e a União, os demais municípios da Região Metropolitana e as Organizações da Sociedade Civil.”

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MARCOS JOSÉ DE ABREU - Marquito
Vereador - PSOL

Rua: Anita Garibaldi, nº 35 – 5º andar - Centro
Florianópolis – SC - CEP 88.010-500

Fone: 48-3027-5812 / 3027-5796 / 3027-5798 / 3027-5790

0000012518 17:00 002383



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
GABINETE DO VEREADOR MARCOS JOSÉ DE ABREU - MARQUITO

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A crise socioecológica contemporânea, geradora de desigualdade social, pobreza e degradação dos recursos naturais, tem despertado aos legisladores, aos gestores públicos e à comunidade científica o interesse pela temática sobre o binômio “meio ambiente e desenvolvimento”, centrada na compreensão das interações entre o social, o econômico e o ecológico, com o intuito de desenvolver novas tecnologias sociais através da participação direta dos atores e instituições envolvidos com esta temática.

“Os desafios envolvidos na busca de operacionalização dessas ideias são imensos, na medida que, daqui em diante, os agentes de desenvolvimento devem aprender a lidar com o caráter multidimensional e transdisciplinar – no espaço e no tempo – dos usos que fazemos da natureza. Soma-se a isso os recorrentes conflitos de percepção e interesse envolvendo uma grande diversidade de atores sociais – representantes do setor governamental, do setor econômico e da sociedade civil organizada. Ao que tudo indica estamos ainda nos primórdios de uma fase de transição rumo à conquista efetiva da cidadania ambiental no campo da gestão do nosso patrimônio natural e cultural” (FILARDI, REBOUÇAS & VIEIRA. 2006)¹.

Os princípios e as práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento territorial, debate de como os processos urbanos de ordenamento territorial podem integrar melhor os diversos processos exercidos pelos ecossistemas, são marcos norteadores para

¹ VIEIRA, P.F. (2006). Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo, Eisforia / Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. – v.4. n.4. (Dezembro de 2006). – Florianópolis: PPGAGR, 2006.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

GABINETE DO VEREADOR MARCOS JOSÉ DE ABREU - MARQUITO



fomentar a resiliência socioecológica urbana e rural. O objetivo é explorar sistemas de planejamento e gestão de recursos, combinados com novas abordagens para o planejamento espacial urbano e rural, que contribuam para um modelo de desenvolvimento que melhor representem a relação complexa e recíproca entre os territórios e os ecossistemas.

A diversidade de representações sociais em relação ao planejamento e a gestão dos recursos naturais constitui um dos principais desafios a ser enfrentado para conferir à Natureza titularidade de direito. Tanto as ações humanas quanto os efeitos naturais, que afetam diretamente a perda da biodiversidade natural, são de tamanha magnitude que requerem um esforço sincero e um intenso trabalho da comunidade acadêmica, das autoridades públicas, das organizações governamentais, do setor privado, das organizações da sociedade civil e dos usuários dos recursos.

Apenas como ilustração, diversos são os processos ecossistêmicos realizados pela Natureza, como: reduzir impactos relacionados às mudanças climáticas, à regulação de microclima, à redução de desastres naturais, à poluição atmosférica e sonora, à mitigação do efeito "ilhas de calor", à filtragem do ar, à drenagem de águas pluviais, etc. Temáticas como segurança alimentar, gestão de resíduos, saneamento básico, mitigação dos desastres naturais, controle de doenças transmitidas por vetores, doenças infecciosas, poluição da água e do ar, mobilidade, diferentes usos de energia, saúde humana, educação para a cidadania, esporte, cultura e lazer são recorrentes nos processos de negociação dos espaços de tomada de decisão das políticas territoriais.

A crescente urbanização do município de Florianópolis, com uma pressão constante pela incorporação de novas áreas à mancha urbana, operada num mercado imobiliário, com diversas ocupações irregulares, tem provocado significativa perda de ecossistemas urbanos, diminuindo a capacidade de regulação e aumentando a vulnerabilidade das áreas à incidência de perturbações variadas, como as enchentes, as inundações e os deslizamentos provocados pelas chuvas de janeiro de 2018, um exemplo do descaso com as áreas úmidas.

As externalidades dos desastres, como as enchentes e os deslizamentos, colocam enormes desafios para a gestão pública, dentre os quais citamos algumas que envolvem a saúde pública: pelo número inesperado de mortes, ferimentos ou enfermidades; possíveis danos à



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
GABINETE DO VEREADOR MARCOS JOSÉ DE ABREU - MARQUITO

infraestrutura de saúde local; interrupção dos sistemas de produção e distribuição de água, bem como dos serviços de esgotamento sanitário; favorecimento a proliferação de doenças; contaminação microbiológica devido a alagamentos dos lixões e aterros sanitários; aumento do risco de enfermidades psicológicas na população afetada devido à dissolução de comunidades e famílias geradas pela migração, desemprego, perda do patrimônio e mortes de familiares.

A intensificação do processo de urbanização, tendo como consequência a ocupação do solo por meio de pavimentação, construções de residências e infraestrutura, tem realizada significativas alterações da paisagem da cidade. Esse processo intenso de urbanização no município tem levado à utilização de áreas verdes, espaços que são um componente cada vez mais importante do ambiente urbano, para áreas para construção, fazendo com que haja uma significativa redução das áreas verdes. Outro exemplo da importância dos ecossistemas urbanos é o processo de evapotranspiração ocorrido nas áreas verdes e espelhos d'água urbanos, que ocasionam relevantes diferenças de temperatura, alterando a umidade do ar, a precipitação de chuvas e a velocidade dos ventos.

Os processos ecossistêmicos prestados pelas áreas verdes urbanas são essenciais à saúde e à segurança, proporcionam bem-estar humano e melhoria da qualidade de vida das populações. Estas áreas, além de contribuírem com os processos ecológicos dos ecossistemas por meio da regulação, são provedoras de valores estéticos, culturais e recreativas, ambientes onde as pessoas desfrutam seus tempos livres para se divertirem e descansarem. Esses demonstraram benefícios psicológicos, por exemplo, lidar com a ansiedade e o estresse, tratamento para crianças com baixa autodisciplina, hiperatividade, aumento da sensação de bem-estar e a saúde mental.

Diante desta responsabilidade, e sensíveis à urgência e à complexidade da temática, propomos a presente Emenda à Lei Orgânica que reconhece a Natureza como sujeito de DIREITO, por meio de um enfoque sistêmico que contribua com a construção de um hábitat comum a todos os seres. Nosso principal desafio é a mudança de consciência, a transformação dos nossos valores, rumo à ecologia interior, que nos leva a pensar a igualdade na relação entre homem e natureza.

O enfoque sistêmico pode ser entendido como a uma modalidade de "política ambiental simultaneamente preventiva e proativa, construída através de avaliações sistêmicas das condições



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
GABINETE DO VEREADOR MARCOS JOSÉ DE ABREU - MARQUITO

estruturais geradoras de impactos socioambientais destrutivos de projetos de desenvolvimento; através de estudos de viabilidade de estratégias alternativas de desenvolvimento regionais e urbanos. (...) Questionando a suposta autonomia dos ciclos de atividades econômicas relativas ao meio ambiente e as outras dimensões do sistema sociocultural, o enfoque de ecodesenvolvimento assim caracterizado permite-nos compreender o aguçamento da crise socioambiental como a expressão de uma crise profunda das lógicas de organização das sociedades contemporâneas. Neste contexto, tanto a descentralização quanto a síntese centralizadora são consideradas instâncias complementares da busca de experimentação como novos arranjos institucionais para tomada de decisão política". (Vieira, 1995)².

² VIEIRA, P. F. (1995) Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: Viola et al. (Orgs), Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: Desafios para as ciências sociais. São Paulo: Cortez,